

PRESERVAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS DE MARIANA PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

RELATÓRIO 01



MARIANA/MG - OUTUBRO | 2020



CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS

Praça São Pedro, 601, Colina de São Pedro, Mariana/MG. Telefone: (31) 3557-2488.

COMISSÃO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA

Rua Wenceslau Braz, 730, Centro, Mariana/MG. Telefone: (31) 3557-1539. E-mail: comissaoatingidos202@gmail.com.

Expediente: Este é um informativo produzido pela Assessoria Técnica aos Atingidos pela Barragem de Rejeitos da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana/MG em parceria com a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão em Mariana (CABF). Redação: Flora Passos; Letícia Maciel. Revisão: Fabrícia Maria; Maurílio Batista; Sara Gama; Gladston Figueiredo. Coordenação Operacional: Gladston Figueiredo. Capa: Flora Passos. Colagem de fotos de práticas socioculturais nos territórios atingidos de Mariana (2016-2019).

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	04
2. Por que preservar nossos territórios e referências culturais?.....	06
3. A preservação patrimonial na luta pela reparação integral.....	08
4. Bento Rodrigues.....	10
<i>Condições atuais.....</i>	<i>12</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>18</i>
5. Camargos.....	20
<i>Condições atuais.....</i>	<i>20</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>24</i>
6. Ponte do Gama.....	24
<i>Condições atuais.....</i>	<i>25</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>27</i>
7. Paracatu de Cima.....	28
<i>Condições atuais.....</i>	<i>29</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>31</i>
8. Paracatu de Baixo.....	32
<i>Condições atuais.....</i>	<i>33</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>37</i>
9. Borba e Pedras.....	39
<i>Condições atuais.....</i>	<i>40</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>43</i>
10. Campinas.....	44
<i>Condições atuais.....</i>	<i>45</i>
<i>Propostas emergenciais.....</i>	<i>47</i>
11. Considerações Finais.....	48

1. Apresentação

O presente relatório é resultado de um trabalho conjunto entre a Assessoria Técnica - Caritas Regional Minas Gerais e a população atingida de Mariana, através da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e tem como objetivo ampliar e aprofundar o debate sobre a **preservação dos territórios atingidos de Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão**, inserida no contexto de luta da população atingida para a garantia da reparação integral. Utilizamos como método principal a coleta e sistematização de informações e reivindicações apresentadas pela população atingida de Mariana em debates e documentos elaborados nos últimos anos, e em conformidade com as diretrizes homologadas no âmbito da Ação Civil Pública (ACP) n. 0400.15.004335-6 ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) na Comarca de Mariana.

O encaminhamento deste documento ao Ministério Público se faz em reposta ao Ofício n.º 214/2020 – Inquérito Civil n.º MPMG-0400.18.000112-7¹ - processo SEI n.º 19.16.1264.0024809/20220-85 – que “requisita à Caritas (Assessoria Técnica dos Atingidos) que elabore uma **síntese das condições atuais das áreas atingidas e das principais propostas para aproveitamento dos locais**”. Importante ressaltar que, de acordo com o princípio da isonomia, o presente documento não se restringe à área atingida de Bento Rodrigues, objeto do referido Inquérito Civil, abrangendo os demais territórios atingidos de Mariana que vêm sofrendo continuamente com os impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. E sugerimos, assim, um enfoque nas *condições atuais dos espaços de uso comum/coletivo* das diferentes localidades, que vem sendo apropriados pela população atingida desde o rompimento.

Dentre as diretrizes definidas no âmbito da ACP destacamos duas homologadas judicialmente em 05/10/2017: a) “a SAMARCO reconhece que não

¹ **Descrição da Apuração:** Informações da Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues. Insegurança e furtos em Bento Rodrigues. Incompetência da equipe de segurança do local. Necessidade de avaliação de providências. Diversos furtos registrados nos anos de 2017 e 2018 em Boletins de Ocorrência da Polícia Militar: 2018-017175414-001 - 2018-013738393-001 - 2018-005194199-001 - 2018-006155866-001 - 2017-023626362-001 - 2017-0017066276-001.

haverá permuta da área de reassentamento com o patrimônio imóvel original dos atingidos das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e comunidades rurais de Mariana em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, assumindo o compromisso de não constar em qualquer documento essa hipótese”; b) “a destinação final das áreas atingidas será definida pelos próprios moradores atingidos, em conjunto com o Poder Público”. Ainda, cabe ressaltarmos pontos fundamentais já levantados pela população atingida em diversos debates, a saber:

- A definição sobre a destinação final das áreas atingidas só será possível quando todos os atingidos tiverem a restituição do direito à moradia garantida;
- A definição sobre a destinação final das áreas atingidas deverá ser resultado de um processo de construção coletiva que parte da população atingida, de seus anseios e práticas socioespaciais, tendo como um dos principais preceitos a garantia de uso/apropriação dos espaços pela população atingida, em plena segurança;
- A destinação final, qualquer que seja, não deve motivar a perda do direito à propriedade dos atingidos nas áreas de origem, mesmo nos casos das famílias deslocadas compulsoriamente, o que não impede formas democráticas e diversas de uso/apropriação nesses territórios.

Não obstante a impossibilidade de definições sobre a destinação no final das áreas atingidas, no momento em que nos encontramos, é importante considerarmos que existem **ações urgentes** que precedem a essas definições, foram objeto de discussão entre a população atingida e, portanto, estão apresentadas neste primeiro relatório sobre a preservação dos territórios atingidos em Mariana enquanto *propostas emergenciais*.

Assim, este relatório também poderá ser encaminhado a outros atores envolvidos no processo de reparação dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão, visando provocar discussões mais inclusivas e plurais

relacionadas à luta da população atingida pelo direito à memória e à preservação de seus territórios e referências culturais.

2. Por que preservar nossos territórios e referências culturais?

Existem diferentes teorias e pesquisas que buscam definir o conceito de *patrimônio cultural*, sendo normalmente mencionadas aquelas construídas muito longe da nossa realidade, especialmente na Europa. No Brasil, a ideia de patrimônio cultural foi sendo constituída, principalmente, a partir de ações e regulamentações governamentais. O chamado “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana”, por exemplo, foi tombado² ainda em 1938, enquanto representação artística e arquitetônica do chamado “barroco mineiro”, pelo então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão do Governo Federal que hoje se chama IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). As decisões sobre o que preservar neste período foram muito influenciadas por grupos de artistas e intelectuais que temiam pelo desaparecimento de elementos remanescentes da ocupação do período colonial, devido ao avanço da urbanização nas cidades brasileiras.

Ainda que na atualidade a maior parte dos bens instituídos como patrimônio cultural no estado de Minas Gerais sejam representativos deste barroco mineiro, é importante ressaltar os esforços no sentido de ampliar as ações e regulações no campo do patrimônio cultural no Brasil, principalmente, a partir da luta pela redemocratização que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

² O “**tombamento**” é um instrumento jurídico criado através do Decreto-lei nº 25, de 1937, como forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro de natureza material (bens móveis ou imóveis, públicos ou privados). Conjuntos urbanos, edificações isoladas, objetos, peças ou acervos etc., podem ser objetos de tombamento visando sua preservação. Neste processo, os bens materiais são inscritos em um ou mais dos seguintes Livros de Tombo existentes: *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; *Livro do Tombo Histórico*; *Livro do Tombo das Belas Artes*; *Livro do Tombo das Artes Aplicadas*. Ainda que o instrumento tenha sido criado no âmbito federal, atualmente, os bens podem ser tombados em nível federal, nível estadual, nível municipal, ou inclusive, pelos três níveis de governo.

Vale destacar o artigo 216 da Constituição que, além de incluir os bens de natureza imaterial³; esclarece que o patrimônio cultural é **referência** à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; sendo sua promoção e proteção de competência do **poder público**⁴, com a colaboração da **comunidade**:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de **referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O **poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá** o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

³ Muitos anos depois, através do Decreto no 3.551, de 2000, foi instituído o “**registro**”, instrumento jurídico que visa a proteção dos bens culturais de natureza imaterial. Tendo como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, os bens imateriais são inscritos em um dos seguintes Livros de Registro: Livro de Registro dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); Livro de Registro das Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); Livro de Registro das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); Livro de Registro dos Lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

⁴ O poder público é o conjunto dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado, constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. De acordo com o Art. 1º da Constituição Federal, “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Importante ressaltar, ainda, que o “valor” dos bens culturais é atribuído pelas pessoas, ou seja, não são inerentes aos objetos. Assim, podemos sempre nos perguntar: quem atribui valor a um bem e decide que aquele bem é patrimônio cultural? Por que atribuímos valor a um objeto e não a outro? **Que história(s) queremos contar às próximas gerações?** Quem está sendo ouvido neste processo de construção das histórias, narrativas e de ações no campo do patrimônio cultural?

Partimos do pressuposto de que a construção da ideia de patrimônio cultural e das ações para a preservação deve partir das práticas dos grupos sociais que se apropriam desse patrimônio historicamente e cotidianamente.

3. A preservação patrimonial na luta pela reparação integral

O desastre-crime socioambiental provocado pelo rompimento da barragem de Fundão de responsabilidade das empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., em cinco de novembro de 2015, no município de Mariana/MG, resultou em drásticos impactos socioambientais, resultando na morte de 19 pessoas, um aborto, centenas de famílias deslocadas compulsoriamente e milhares de pessoas atingidas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Em Mariana, este desastre-crime, sem precedentes no Brasil e no mundo, inviabilizou **modos (e projetos) de vida** nas comunidades de **Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas**, situadas à beira do rio Gualaxo do Norte, curso d'água por onde percorreu os cerca de 50 milhões de m³ de rejeitos de minério até atingir a Bacia do Doce. As destruições dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo impactaram a vida daqueles que ali habitavam e foram deslocados compulsoriamente para imóveis em contextos que contrastam com as áreas de origem. Nas demais localidades, aqueles que não tiveram que se deslocar compulsoriamente, perderam

importantes espaços de sociabilização e ainda sofrem com o isolamento, descaso e insegurança.



Comunidades atingidas em Mariana. Fonte: Google Earth (imagem aérea).

Independentemente das ações no campo do patrimônio cultural empreendidas até o momento – por atores do poder público, privado ou instituições acadêmicas –, é inegável que desde ocorrido o desastre-crime, a população atingida das comunidades de Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas, vem buscando **se unir e fortalecer tanto os vínculos intercomunitários como os vínculos das comunidades com seus territórios de origem**. Isso se dá, dentre outras formas de luta coletiva, a partir da manutenção de suas **tradições, ritos, manifestações culturais, enfim, de práticas socioculturais**. É dentro deste contexto que se enquadram, por exemplo: as festas religiosas organizadas pela comunidade nos territórios de origem (nas igrejas, adros e ruas percorridas durante as procissões); os encontros festivos ou não, velórios e enterramentos de integrantes da comunidade que faleceram após o rompimento da barragem; etc.

Assim, a manutenção das práticas socioculturais das comunidades, e consequentemente dos vínculos intercomunitários, exige ações de preservação, especialmente, dos espaços de uso coletivo destes territórios de origem, a exemplo de estradas, ruas, praças, adros, igrejas, cemitérios, cursos e quedas d'água, dentre outros.

São muitos os aspectos levantados para caracterizar a situação de precariedade atual dos territórios de origem, como por exemplo: a ausência de energia elétrica permanente; os danos nas pavimentações de ruas, praças, adros; a

proliferação de mato que encobre vestígios remanescentes e não recebem manutenção periódica; problemas de drenagem e infraestrutura de uma forma geral; as indefinições quanto ao descomissionamento das estruturas instaladas sem anuência da comunidade e que geram risco às pessoas e ao patrimônio cultural (a exemplo do dique S4 e das demais estruturas a montante das comunidades); e outros aspectos que serão apresentados ao longo deste documento, para os diversos territórios atingidos de Mariana.

Em tempo, ressaltamos que as intervenções de manutenção, reforma e/ou restauração nos espaços de uso coletivo devem ser executadas de acordo com **parâmetros construídos em conjunto com a população atingida e a partir das suas práticas socioculturais**. Sendo que os projetos, especificações técnicas e informativos, relacionados a essas propostas de intervenção, devem ser encaminhados à Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e Assessoria Técnica Cáritas, previamente, garantindo tempo hábil para as análises e discussões necessárias antes das aprovações e autorizações para execução.

A partir do entendimento de que as práticas socioculturais são ferramentas de união e de luta por uma justa reparação integral, defendemos a urgente conservação e preservação dos espaços de uso coletivo, com qualidade e segurança, nos diversos territórios atingidos.

4. Bento Rodrigues

Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, foi a primeira localidade de Mariana devastada pela onda de rejeitos de minério, situando-se a 5,5 km a jusante da barragem de Fundão das empresas mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton. Dos 612 moradores, estima-se que 400 estavam em Bento Rodrigues naquele momento, sendo que nenhum plano de emergência com sistema de alarmes foi acionado.

Nos dias corridos após o rompimento, os moradores de Bento Rodrigues, ainda em luto, mas no ímpeto de recuperarem animais de estimação e objetos pessoais,

foram impedidos pelas empresas e autoridades públicas de entrarem no subdistrito, alegando-se o risco de um possível rompimento da barragem de Germano. Contudo, o que se pôde perceber foi a falta da garantia da segurança sobre as casas e pertences dos moradores no território atingido. Em pouco tempo, como relatado pelos moradores e como pode ser confirmado no território atingido, ocorreram **saques aos imóveis** situados na parte mais alta da comunidade não alcançada pela lama de rejeitos. Com exceção apenas da Capela de Nossa Senhora das Mercês, todos os demais imóveis privados foram objetos de dano e/ou roubo, incluindo a Igreja Assembleia de Deus. Não apenas móveis e eletrodomésticos desapareceram rapidamente, mas também janelas, portas, telhas, estruturas metálicas, fiações elétricas, acessórios hidrossanitários e outros elementos construtivos de dimensões e pesos consideráveis, que só podem ter saído do local em caminhões ou veículos com caçamba.

Em 21/09/2016, o Decreto Estadual nº 500 foi assinado pelo então Governador do Estado de Minas Gerais, sem anuência dos proprietários dos terrenos, autorizando a empresa Samarco a construir o **dique S4** que significou o alagamento de extensa área de Bento Rodrigues, cobrindo grande parte dos remanescentes atingidos pelos rejeitos e estruturas arqueológicas que remontam do período colonial, como muros em pedra da Estrada Real que foram “envelopados”, conforme documentação encaminhada ao IPHAN para aprovação no âmbito do licenciamento ambiental. Importante destacar que o dique S4 não foi descomissionado no período previsto pelo decreto, de três anos, e tampouco foi apresentado até o momento o plano de ação para descomissionamento e para reconstituição dos elementos remanescentes, mesmo depois de reunião com ampla participação de atingidos, ocorrida em Mariana em setembro de 2019, quando ficou evidente a insatisfação dos atingidos pelo não descomissionamento.

Condições Atuais

Atualmente, além da ausência de ações para o descomissionamento do dique S4 – mantendo-se o alagamento de extensa área – e das demais estruturas a montante, bem como, para a apuração e responsabilização quantos aos saques ocorridos em Bento Rodrigues, as condições do território demonstram o descaso e a continuidade de danos e violação e direitos cometidos pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova. A **vegetação** (mato) está crescendo nos terrenos de forma a cobrir as edificações e ruínas remanescentes, importantes referências de memória para a comunidade; as estruturas temporárias instaladas estão se desfazendo, **sem manutenção**; além da ausência de **infraestrutura e estrutura básica** para os usos, ainda que temporários, ou seja, não permanentes.

Por conta da repercussão do rompimento da barragem de Fundão, é comum que **visitantes**, pesquisadores, representantes de órgãos públicos, jornalistas, dentre outros atores, sejam acolhidos pelos atingidos no local para entenderem melhor sobre o processo em curso⁵. O controle do acesso ao local é feito pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova que instalaram uma guarita na entrada com espaço de trabalho e sanitários restritos aos agentes de segurança. Assim, lamentavelmente, a recepção pelos atingidos dos visitantes é feita de forma precária, sem a infraestrutura e estrutura necessária e de responsabilidade das empresas. O principal ponto de recepção dos visitantes é um imóvel de uma pessoa atingida que, apesar dos saques, foi reconstituído com o apoio de seus familiares e amigos, dentro das possibilidades e com recursos próprios, contudo, sem energia elétrica e água, redes não restabelecidas pelas empresas desde o rompimento da barragem.

Para além das visitas, durante os últimos cinco anos, a comunidade vem fazendo uso temporário de espaços de Bento Rodrigues, especialmente, em **festas** dedicadas a santos católicos, com procissões pela comunidade e missas nas ruínas da Capela de São Bento, no caso da festa de São Bento, e na Capela de Nossa

⁵ A título de exemplo, o local foi visitado por comitiva de pesquisadores levados pelo atual vice-prefeito de Mariana (em 27/07/2019) e por uma das defensoras que trabalha na ação movida no tribunal de Londres contra a empresa a BHP Billiton (em 10/08/2019).

Senhora das Mercês – tombada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) – no caso da festa das Mercês.

As **práticas socioculturais** na área de origem, pelos motivos diversos de **celebração, protesto e encontro**, tem sido os principais momentos de união e fortalecimento dos laços de amizade entre os atingidos de Bento Rodrigues, que foram deslocados compulsoriamente para imóveis no distrito Sede de Mariana ou outras localidades que contrastam com a situação de origem. Tais práticas socioculturais são caracterizadas pela apropriação dos espaços de uso coletivo: ruas, adros, capelas, quadra etc. Contudo, muitos destes espaços estão em condições precárias devido à falta de ação e manutenção por parte das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova.

Importante ressaltar que a proibição do uso permanente dos espaços de Bento Rodrigues pelas questões de segurança alegadas pelas empresas e órgãos públicos (passíveis de serem sanados com **o descomissionamento das estruturas minerárias à montante e o adequado manejo dos rejeitos**) não impedem que uma série de ações para a **preservação do território** sejam executadas para que a práticas socioculturais, usos temporários, continuem sendo promovidas pela comunidade com segurança.

Apresentamos a seguir registros fotográficos de Bento Rodrigues:



Casas atingidas pelos rejeitos em Bento Rodrigues (15/07/2018). Foto: Flora Passos



Casa atingida pelos rejeitos em Bento Rodrigues (15/07/2018). Foto: Flora Passos



Extensa área alagada pelo dique S4 (15/07/2018). Foto: Flora Passos



Extensa área alagada pelo dique S4 (15/07/2018). Foto: Flora Passos



“Envelopamento” de muro de pedra da Estrada Real na ocasião de alagamento pelo dique S4 (15/07/2018). Foto: Flora Passos



Acesso principal a Bento Rodrigues (10/08/2019). Foto: Flora Passos



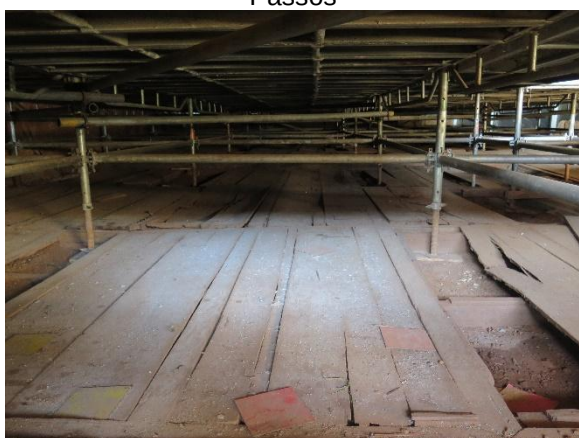
Imóvel saqueado (10/08/2019). Foto: Flora Passos



Imóvel saqueado (27/07/2019). Foto: Flora Passos



Imóvel saqueado (10/08/2019). Foto: Flora Passos



Condição de deterioração do tabuado remanescente da atingida Capela de São Bento sob estrutura metálica “temporária” (27/07/2019). Foto: Flora Passos



Situação de descaso com as ruínas da Capela de São Bento, com lona da estrutura rasgada e vegetação cobrindo e impedindo acesso (18/10/2020). Foto: Mauro Silva.



Situação precária da Capela de Nossa Senhora das Mercês (18/10/2020). Foto: Mauro Silva.



Desmoronamento de muro em canga seca do adro da Capela de Nossa Senhora das Mercês (18/10/2020). Foto: Mauro Silva.



Reza na Capela de Nossa Senhora das Mercês por integrantes da comunidade (15/06/2019).
Foto: Flora Passos



Comunidade atingida reunida decorando as ruas de Bento Rodrigues para a festa de São Bento (27/07/2019).
Foto: Flora Passos



Comunidade atingida reunida na ocasião da festa de São Bento, em casa que foi saqueada e reconstituída com recursos próprios da família (27/07/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade atingida em procissão na ocasião da festa de São Bento (27/07/2019).
Foto: Flora Passos



Banda tocando na festa de São Bento (27/07/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade atingida em missa da festa de São Bento (27/07/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade atingida reunida para jantar na quadra esportiva, no fim da festa de São Bento (27/07/2019). Foto: Flora Passos



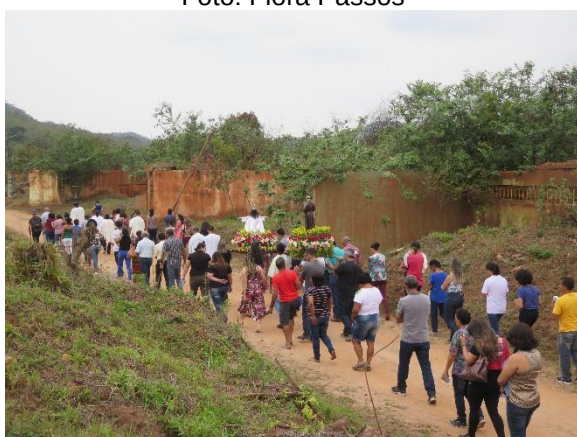
Missa na Capela de Nossa Senhora das Mercês na festa dedicada às Mercês (22/09/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade atingida reunida em torno da Capela na festa das Mercês (22/09/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade atingida em procissão na ocasião da festa das Mercês (22/09/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade em procissão na ocasião da festa das Mercês (22/09/2019). Foto: Flora Passos



Comunidade em procissão na ocasião da festa das Mercês (22/09/2019). Foto: Flora Passos

Propostas emergenciais

- Descomissionamento do dique S4 e demais estruturas a montante: descomissionamento, com início imediato, do dique S4 e apresentação de documento técnico a ser elaborado pelas empresas responsáveis, para aprovação da população atingida, com cronograma de descomissionamento de todas as estruturas situadas à montante das comunidades atingidas de Mariana, de acordo com o princípio de reparação integral da não repetição;
- Estruturas remanescentes submersas pelo dique S4: projeto a ser elaborado pelas empresas responsáveis, para aprovação da população atingida, com proposta de reparação das estruturas remanescentes submersas pelo dique S4, a exemplo dos muros em pedra “envelopadas” (conforme documentos encaminhados ao IPHAN) e ruínas das edificações atingidas pelos rejeitos de minério;
- Capina: capina a ser executada com frequência na área como um todo, incluindo os terrenos privados e não apenas entorno das igrejas e margem dos arruamentos principais.
- Abastecimento de água: restabelecimento do abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes;
- Energia elétrica: restabelecimento da energia elétrica (que teve sua fiação cortada e recolhida sem concordância da comunidade), independente dos usos dos espaços serem temporários, lembrando que a guarita e estruturas das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova possuem energia elétrica;
- Sinal de telefonia: restabelecimento do sinal de telefonia, uma vez que foi afetado após a instalação das sirenes pós-rompimento;

- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Capela de Nossa Senhora das Mercês: projeto e execução de restauração da Capela de Nossa Senhora das Mercês com a inclusão da população atingida de Bento Rodrigues nas diferentes etapas;
- Cruzeiro: projeto e execução de restauração do Cruzeiro de Bento Rodrigues com a inclusão da população atingida de Bento Rodrigues nas diferentes etapas;
- Ruínas de São Bento: projeto e execução de conservação dos vestígios remanescentes das ruínas de São Bento (a exemplo do piso em tabuado de madeira abandonado sob estrutura executada pela Fundação Renova), com a inclusão da população atingida de Bento Rodrigues nas diferentes etapas.
- Espaços de uso comum: projeto a ser elaborado via Fundação Renova, para aprovação da população atingida, com proposta de espaços comunitários (não restritos às capelas de religião católica), com infraestrutura (energia elétrica, água, etc.) e estrutura que comporte sanitários, cozinha comunitária e demais espaços de acordo com programa de necessidades a ser construído pelas pessoas atingidas que fazem uso temporário do território, a exemplo das festividades devocionais, velórios, encontros e recepção de visitantes acolhidos pelos atingidos, etc.;
- Ações de inclusão e geração de renda: inclusão da comunidade atingida em etapas de projeto e execução de intervenções nos equipamentos e espaços de uso comum, fomentando a geração de renda, a exemplo da restauração da Capela de Nossa Senhora das Mercês e das ruínas da Capela de São Bento etc.

5. Camargos

O distrito de Camargos é habitado por aproximadamente 50 pessoas, possui núcleo urbano com casario e arruamento remanescente do período colonial, tombado em nível municipal desde o ano de 2012, além da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, considerada uma das mais antigas de Minas Gerais, tombada em nível federal desde 1949. Ainda, o distrito abriga sítio arqueológico com pinturas rupestres pouco conhecido e que necessita de conservação adequada. Até o rompimento da barragem de Fundão, o distrito recebia muitos visitantes, atraídos pelo rico acervo natural e cultural da região, incluindo aqueles que percorriam a Estrada Real a pé ou de bicicleta.

Com o rompimento da barragem de Fundão, uma área muito próxima à **cachoeira do distrito** foi atingida, e a **ponte** que ligava Camargos a outras comunidades como Bento Rodrigues e Santa Rita Durão foi destruída. Aqueles que passavam pelo distrito ao percorrer a Estrada Real foram obrigados a fazer um desvio por outra rota devido à queda da ponte e, assim, o distrito de Camargos ficou isolado.

Condições atuais

Como resultado do impedimento de um dos acessos e dos danos à cachoeira, a **economia local** ainda se encontra bastante afetada. O principal restaurante e bar do distrito, por exemplo, se manteve fechado por quase dois anos em razão da ausência de fregueses, conseguindo abrir novamente devido ao fluxo de funcionários que trabalhavam em obras no entorno em período posterior, e vindo a fechar novamente por causa da pandemia de COVID-19.

As ruas do núcleo urbano de Camargos recentemente passaram por obras de **calçamento** realizadas pela Fundação Renova, objeto de condicionante juntamente com a restauração da **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição** (ainda não iniciada), conforme definição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) no âmbito do processo de licenciamento do reassentamento de Bento Rodrigues. Em visita ao distrito em fevereiro de 2020, assessores da Cáritas

atestaram a necessidade de atenção à drenagem pluvial das vias durante as obras, visando impedir a incidência de alagamentos e obstruções nas vias.

Conforme depoimentos de moradores do distrito, o sistema de captação e **abastecimento de água** da comunidade é precário, ocorrendo constante entupimento das tubulações e falta de água, sendo necessária a realização de reparos contínuos no sistema hidráulico, na maioria das vezes, feitos pelos próprios moradores. O problema no abastecimento afeta também a irrigação de hortas dos moradores que habitam as áreas mais distantes do rio, uma vez que, pela falta de bomba para levar a água do rio até essas regiões, dependem exclusivamente da captação via nascente que abastece o reservatório responsável pela distribuição para os moradores.

Quanto aos danos na cachoeira, suas obras de recuperação foram iniciadas somente no ano de 2020. Salientamos que o projeto não foi desenvolvido em diálogo com a comunidade e o resultado foi insatisfatório. Membros da comunidade informam que não foram adicionadas **lixeiras** no local ou **placas educativas** para os visitantes, indicando a preservação do local e recolhimento do próprio lixo, por exemplo. Resíduos como copos descartáveis ou papel higiênico deixados por visitantes são, por vezes, recolhidos pelos próprios membros da comunidade, uma vez que não há funcionários da prefeitura responsáveis pela limpeza e manutenção do local.

Apresentamos a seguir registros fotográficos de Camargos:



Totem da Estrada Real na entrada de Camargos (10/09/2016). Foto: Flora Passos.



Rua de Camargos com novo calçamento (22/01/2020). Foto: Cáritas



Destruição após rompimento da barragem de Fundão próximo à cachoeira de Camargos (10/09/2016). Foto: Flora Passos.



Cachoeira de Camargos (15/07/2020). Foto: Karine Cota.



Cruzeiro de Camargos em restauração com recursos via condicionante do IPHAN/ antena de telefonia (11/05/2018). Foto: Flora Passos



Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Camargos, tombada pelo IPHAN, com obras emergenciais executadas via COMPAT (05/05/2018). Foto: Flora Passos



Problemas em tubulação de abastecimento de água (22/01/2020). Foto: Cáritas



Final das obras de requalificação da cachoeira, sob responsabilidade da Fundação Renova (07/07/2020). Foto: Sylvania, moradora de Camargos



Espaço de convívio e lazer construída pela comunidade (27/11/2019). Foto: Letícia Maciel



Preparação da festa do Santo Cruzeiro em Camargos (05/05/2018). Foto: Flora Passos



Casario em Camargos (11/05/2018). Foto: Flora Passos



Procissão da festa do Santo Cruzeiro em Camargos (05/05/2018). Foto: Flora Passos



Festa do Santo Cruzeiro em Camargos (05/05/2018). Foto: Flora Passos

Propostas emergenciais

- Abastecimento de água: adequação do sistema de captação e abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes;
- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Espaços de uso comum: manutenção e limpeza da cachoeira, incluindo instalação de placas educativas para visitantes solicitando a preservação; além de outras ações no campo da preservação e educação ambiental, como a proteção do sítio arqueológico existente, reflorestamento de nascentes etc.;
- Ações de inclusão e geração de renda: inclusão da comunidade atingida em etapas de projeto e execução de intervenções nos equipamentos e espaços de uso comum, fomentando a geração de renda, a exemplo da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, reativação econômica, ações de preservação e educação ambiental etc.

6. Ponte do Gama

O subdistrito de Ponte do Gama pertence ao distrito de Monsenhor Horta e é caracterizado como **rural**. A comunidade é formada por fazendas e sítios dispersos, sem presença de núcleo urbano adensado. Conta com espaço de uso comum que inclui a **Capela de Nossa Senhora Aparecida, centro comunitário e área de lazer** para crianças, principal espaço de socialização dos membros da comunidade.

Moradores contam que, em maio de 2015, logo depois de fundada a Associação de Moradores, a comunidade conseguiu apoio para a execução de obras para reforma da igreja e do centro comunitário, feitas em formato de mutirão pelos moradores e inauguradas em 12 de outubro de 2015. Em menos de um mês, a lama

de rejeitos destruiu ambas as **edificações recém-reformadas pelos próprios moradores**. O rompimento da barragem provocou a destruição de todos os espaços de encontro, lazer e de festas de Ponte do Gama – **capela, centro comunitário, campo de futebol, arena de cavalgadas** –, além de quatro **casas** e da **cachoeira**, bastante conhecida e frequentada para banhos pelos moradores da região antes do rompimento.

Condições atuais

Apesar de terem sido realizadas as reconstruções da igreja, centro comunitário e área de lazer, incluindo muro e gradil no entorno por questões de segurança, a comunidade ainda aguarda as muitas ações de reparação ainda não iniciadas e sofrem com o abandono e incidência de crimes decorrente. Os **furtos e assaltos** às casas aumentaram consideravelmente, sendo que um assalto ocorrido neste ano resultou na morte de morador.

A população local aponta para a falta de manutenção das **estradas** vicinais por parte das empresas responsáveis e o aumento do **trânsito de veículos pesados** das empresas responsáveis pela reparação, em velocidade desproporcional ao tamanho das vias, gerando mais poeira e insegurança àqueles que transitam nas estradas.

Desde a instalação do sistema de alerta e sirenes pelas empresas após o rompimento da barragem de Fundão, o **signal de telefonia** foi impactado e até o momento não restabelecido. Há cinco anos o **abastecimento de água** é feito por caminhões-pipa, uma vez que a Fundação Renova executou um poço artesiano em área contaminada pelos rejeitos, sem a concordância de toda a comunidade devido aos estudos que demonstram os possíveis problemas de saúde decorrentes da contaminação.

Com relação aos espaços comuns, ainda não foi apresentada e executada proposta de reconstrução do **campo de futebol** e **arena de cavalgada** em local de segurança, não contaminado pelos rejeitos, o que tem resultado em uma diminuição

maior a cada ano dos visitantes que frequentam Ponte do Gama durante as celebrações de Nossa Senhora Aparecida, Cavalgada, festa “gamense ausente”, dentre outros momentos de encontro e convívio comunitário.

Apresentamos a seguir registros fotográficos de Ponte do Gama:



Entrada de Ponte do Gama com imóveis ao fundo (13/10/2019). Foto: Flora Passos.



Capela de Nossa Senhora Aparecida, centro comunitário e área de lazer reconstruídos em Ponte do Gama (13/10/2019). Foto: Flora Passos.



Capela de Nossa Senhora Aparecida em Ponte do Gama (13/10/2019). Foto: Flora Passos.



Centro comunitário e área de lazer reconstruídos em Ponte do Gama (13/10/2019). Foto: Flora Passos.



Área verde em Ponte do Gama (13/10/2019). Foto: Flora Passos



Flora Passos



Rio Gualaxo do Norte (13/10/2019). Foto: Flora Passos.



Rio Gualaxo do Norte (13/10/2019). Foto: Flora Passos.

Propostas emergenciais

- Manutenção das estradas: manutenção das estradas, instalação de sinalização e métodos de controle de veículos pesados, bem como, asfaltamento dos trechos de ligação entre Ponte do Gama e Monsenhor Horta, Ponte do Gama e Paracatu de Cima;
- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Abastecimento de água: restabelecimento do abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes, uma vez que a Fundação Renova executou um poço artesiano em área contaminada pelos rejeitos sem a concordância de

toda a comunidade que, portanto, segue sendo abastecida por caminhões pipas;

- Sinal de telefonia: restabelecimento do sinal de telefonia, uma vez que foi afetado após a instalação das sirenes pós-rompimento;
- Segurança: patrulhas rurais e rondas frequentes, com a finalidade de reduzir a incidência de crimes;
- Espaços comuns: reconstrução das áreas de lazer atingidas pelos rejeitos, tais como, campo de futebol, arena de cavalgada e cachoeira.
- Ações de inclusão e geração de renda: inclusão da comunidade atingida em etapas de projeto e execução de intervenções nos equipamentos e espaços de uso comum, fomentando a geração de renda, a exemplo da reconstrução do campo de futebol e arena de cavalgada.

7. PARACATU DE CIMA

Paracatu de Cima é formado por fazendas e sítios dispersos, sem presença de núcleo urbano adensado, com características **rural**, destacando-se as produções agropastoris. Apesar da distinção entre Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo, até o rompimento da barragem de Fundão, as duas comunidades eram bastante unidas, os moradores do primeiro subdistrito faziam uso dos equipamentos e espaços de **Paracatu de Baixo**, mais povoado, onde se encontrava a escola, quadra, bares, sorveteria e outros comércios, local de atendimento médico, a Igreja de Santo Antônio e outros espaços de uso comum destruídos pelos rejeitos de minério.

Ainda assim, Paracatu de Cima possui espaços de uso comum, principalmente a **Igreja de Nossa Senhora do Carmo**, **salão** paroquial e a pequena **Capela de São Vicente de Paula**, rodeados de área verde, utilizada para missas e conferências. Por estes serem os únicos equipamentos comunitários atualmente, são também usados para reuniões entre moradores e, inclusive, em ocasiões de eleições desde q

desativação da antiga escola da comunidade. Conforme explicado por alguns moradores, a mistura entre religião e política advinda do uso da igreja em ocasiões de eleições, causa certo desconforto à comunidade.

Mesmo com danos evidentes, como as perdas de grandes áreas de **plantação e criação de animais**, fonte de sustento e renda familiar, atingidos de Paracatu de Cima tiveram de lutar muito tempo para o reconhecimento enquanto atingidos pela Fundação Renova. E, mesmo depois de cinco anos, ainda não tiveram os danos reparados.

Condições atuais

Conforme mencionado, apesar da demora no reconhecimento enquanto atingidos, diversas famílias de Paracatu de Cima tiveram perdas consideráveis no que se refere à moradia e a áreas de plantio e criações de animais. Assim, atualmente, existem casos de deslocamento compulsório de famílias que ainda aguardam pela reconstituição de direito à moradia e, de forma geral, existe uma situação de insegurança com relação à **contaminação dos rejeitos no solo, água e ar** e à **reativação econômica**, já que as produções agropastoris eram formas de sustento e de renda para as famílias. Cabe reforçar que o **curso d'água** era determinante nos modos de vida da comunidade e que até o momento nenhum plano de **manejo dos rejeitos** de minério foi apresentada e executada por parte da Fundação Renova.

Assim como nas demais comunidades rurais, os moradores atingidos também alegam a ausência de **manutenção das estradas** e o aumento do **tráfego de veículos pesados** devido às obras do reassentamento coletivo. Outros caminhões que também trafegam com frequência são os caminhões-pipa para abastecimento de água, uma vez que ainda não foi executado um sistema de **abastecimento de água** adequado desde o rompimento. Ainda, cabe destacarmos o não restabelecimento do **signal de telefonia** afetado quando da instalação do sistema de sirenes pós-rompimento.

A **desunião, isolamento e insegurança** da comunidade de Paracatu de Cima são pontos sempre ressaltados nas falas dos seus moradores. Depois da destruição de Paracatu de Baixo pela passagem dos rejeitos, os atingidos de Paracatu de Cima perderam os comércios e serviços próximos, espaços de convívio (escola, quadra, igreja, praças, bares etc.) e ainda perderam as relações intercomunitárias, fundamentais no dia a dia. Cabe ressaltar também que o **cemitério** de Paracatu de Baixo sempre foi e ainda é o local de enterramento daqueles falecem na comunidade. Moradores demonstram descreditar que o novo Paracatu de Baixo (reassentamento coletivo) traga aquilo que tinham antes, talvez nem mesmo as relações intercomunitárias se mantenham, devido às novas formas de organização socioespacial do reassentamento e pelas desistências de muitos atingidos de pelo reassentamento coletivo, optando então pelos reassentamentos familiares.

De todo modo, é fundamental ressaltarmos que as definições sobre a destinações de usos de espaços em Paracatu de Baixo (território atingido) devem considerar a comunidade de Paracatu de Cima, que continua habitando essa região e que dependiam, e ainda dependem, daqueles espaços de uso comum.

Apresentamos a seguir registros fotográficos de Paracatu de Cima:



Imagem de imóvel reconstruído em Paracatu de Cima (18/08/2019). Foto: Flora Passos.



Erosão no curso d'água em Paracatu de Cima, devido aos sedimentos provindos das obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo. Foto: Cáritas (02/2020).



Conservação de estrada vicinal deficiente na Comunidade de Paracatu de Cima. Foto: Cáritas (02/2020).



Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Paracatu de Cima. Foto: Fabrícia Maria (26/08/2020).

Propostas emergenciais

- Manutenção das estradas: manutenção das estradas, instalação de sinalização e métodos de controle de veículos pesados;
- Redução dos impactos do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo: redução de impactos provenientes das obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo, conforme plano a ser aprovado pelas comunidades atingidas, incluindo controle de veículos pesados, manejo de sedimentos, aviso prévio sobre interrupções do trânsito etc.;
- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Abastecimento de água: restabelecimento do abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes;
- Sinal de telefonia: restabelecimento do sinal de telefonia, uma vez que foi afetado após a instalação das sirenes pós-rompimento;
- Segurança: inclusão de patrulhas rurais e rondas frequentes, com a finalidade de reduzir a incidência de crimes;

- Espaços de uso comum: intervenções que garantam adequados espaços de uso comum pela comunidade, uma vez que a destruição de Paracatu de Baixo deixou os atingidos de Paracatu de Cima sem espaços de convívio, lazer, encontro, atendimentos médicos etc.;
- Ações de inclusão e geração de renda: inclusão da comunidade atingida em etapas de projeto e execução de intervenções nos equipamentos e espaços de uso comum, fomentando a geração de renda.

8. PARACATU DE BAIXO

Paracatu de Baixo é subdistrito de Monsenhor Horta e mantinha características **urbanas**, mas também do meio **rural**, principalmente, no que se refere aos modos de vida de seus habitantes que **produziam alimentos e criavam animais** para sustento e meio de renda familiar. Era considerado mais adensado em comparação à Paracatu de Cima, Borba e Pedras, localidades próximas, uma vez que ali se concentravam os serviços e comércios principais. Assim, conforme já mencionado, os espaços de uso coletivo de Paracatu de Baixo eram apropriadas não apenas pelos seus moradores, mas também pelos moradores de Paracatu de Cima, Borba, Pedras, lembrando, inclusive, que Paracatu de Baixo continua fazendo parte do caminho de acesso às localidades de Borba, Pedras e Campinas. Dentre esses espaços de uso coletivo destacam-se a **escola, quadra, igreja, cemitério, além dos comércios e serviços** de forma geral.

Nas **práticas socioculturais** esta relação intercomunitária ficava também evidente, a exemplo das atividades na escola municipal; dos jogos de futebol, atletismo e outros **esportes**; das **festividades** para Santo Antônio (padroeiro da Igreja), para o Menino Jesus e para Nossa Senhora Aparecida; das tradicionais manifestações da **Folia de Reis**; dos encontros de rock; dentre outras práticas que fortaleciam a união e amizade entre os moradores das diversas localidades.

Especificamente sobre a Folia de Reis, é importante destacarmos que, para arrecadar o dinheiro da festa, a Folia de Reis passava por Monsenhor Horta, Campinas, Ponte do Gama, Furquim e redondezas. Ou seja, fazia o chamado “giro” pelas comunidades o que contribuía para fortalecer ainda mais os vínculos entre as comunidades. Os giros, ou deslocamentos entre comunidades em momentos festivos ou não, são experiências especialmente significativas entre os moradores das localidades rurais.

Em Paracatu de Baixo, como em Bento Rodrigues, praticamente todo o subdistrito foi **destruído** e, conseqüentemente, diversas famílias foram deslocadas compulsoriamente para o distrito sede ou outras localidades de Mariana, ainda aguardando pelo reassentamento. Dados encaminhados pela própria Fundação Renova mostram que, a cada dia, mais famílias desistem pelo reassentamento coletivo e optam pela modalidade de reassentamento familiar. Sendo que, devido aos entraves burocráticos na aquisição de terrenos em zona rural e distritos, a Fundação Renova não viabiliza reassentamentos familiares com características similares aos terrenos de origem dos atingidos de Paracatu de Baixo e, portanto, muitos estão assinam os termos de aprovação de imóveis na sede municipal com áreas inferiores e em contextos contrastantes, mesmo sem definições judiciais sobre as compensações até o presente momento.

Condições atuais

Mesmo sendo caminho para localidades como Borba, Pedras, Campinas, além do distrito de Águas Claras, a área de origem de Paracatu de Baixo não recebe a manutenção adequada por parte da Fundação Renova. Muitas vezes a própria comunidade arcou com a **capina** no entorno da igreja, cemitério e com intervenções de drenagem próximo ao curso d’água que teve seu leito modificado e assoreado.

Atualmente, as **festividades** católicas continuam sendo o momento de encontro e fortalecimento dos vínculos entre as comunidades e das comunidades com aquele território, contudo, ocorrem com horários para começar e para terminar, uma

vez que a maioria dos moradores de Paracatu de Baixo está morando na sede de Mariana e, portanto, precisa se deslocar em ônibus fretados.

Algumas intervenções em caráter emergencial e provisório foram realizadas internamente na **Igreja de Santo Antônio** – tombada em nível municipal conforme deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) –, incluindo a colocação de placas de acrílico para proteção das paredes com as manchas de rejeitos e, apenas recentemente, o restabelecimento da energia elétrica. Enquanto os demais espaços de uso comum não receberam manutenção adequada ao longo dos últimos cinco anos. Além da falta de um adequado **manejo dos rejeitos** depositados nos espaços de uso comum, a **vegetação** cresce nos terrenos de uma forma geral, cobrindo as ruínas remanescentes, impedindo acessos e prejudicando as famílias que ainda habitam na localidade.

Com a grande movimentação para a construção do reassentamento coletivo, os **veículos pesados** das empresas responsáveis que transitam, danificaram os principais arruamentos de Paracatu de Baixo (território atingido). Motivo pelo qual a comunidade solicitou as devidas reparações nos **calçamentos**. As melhorias no calçamento da rua Monsenhor Horta, assim como outras ações recentes executadas pela Fundação Renova da área de origem, não foram apresentadas em documento técnico à Comissão de Atingidos ou à Assessoria Técnica e, portanto, não é possível atestar a natureza das intervenções e o status de andamento. Ao mesmo tempo, refletores recém colocados no adro da Igreja de Santo Antônio foram objetos de **furto** poucos dias após a instalação, o que comprova a situação de **insegurança** e abandono do território atingido de Paracatu de Baixo. A **energia elétrica** no restante da área não foi restabelecida.

Apresentamos a seguir registros fotográficos de Paracatu de Baixo:



Foto tirada da quadra com rejeitos e escola atingida aos fundos, em Paracatu de Baixo (05/11/2017). Foto: Flora Passos.



Igreja de Santo Antônio aos fundos, em Paracatu de Baixo (18/08/2019). Foto: Flora Passos



Campo de futebol atingido, em Paracatu de Baixo (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Imóveis atingidos em Paracatu de Baixo (18/08/2019). Foto: Flora Passos.



Rua Monsenhor Horta em Paracatu de Baixo (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Creche atingida em Paracatu de Baixo (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Intervenção executada indevidamente pela Fundação Renova no adro da Igreja de Santo Antônio (09/08/2020).

Foto: Atingido de Paracatu de Baixo.



Calçamento da rua São Caetano executado sem apresentação de especificações técnicas (09/08/2020). Foto: Atingido de Paracatu de Baixo.

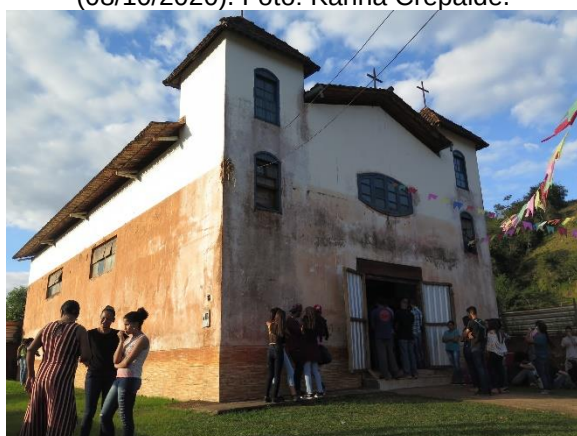


Passarela temporária de madeira no entorno da Igreja de Santo Antônio executada sem apresentação de especificações técnicas (08/10/2020). Foto: Karina Crepalde.



Refletor do adro da Igreja de Santo Antônio furtado foi furtado (08/10/2020).

Foto: Karina Crepalde.



Igreja de Santo Antônio em ocasião da festa de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo (16/06/2019). Foto: Flora Passos



Missa em ocasião da festa de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo (16/06/2019). Foto: Flora Passos



Procissão em ocasião da festa de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo (16/06/2019). Foto: Flora Passos



Procissão em ocasião da festa de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo (16/06/2019). Foto: Flora Passos



Festa de Santo Antônio na quadra, em Paracatu de Baixo (16/06/2019). Foto: Flora Passos



Festa de Santo Antônio na quadra, em Paracatu de Baixo (16/06/2019). Foto: Flora Passos

Propostas emergenciais

- Capina: capina com periodicidade frequente e nos terrenos como um todo, não apenas no entorno da igreja, cemitério e margem do arruamento principal.
- Calçamento: execução (e apresentação de documento técnico comprobatório) pela Fundação Renova de reparação do calçamento nos arruamentos principais, conforme demandas da comunidade atingida, sendo importante que a manutenção seja frequente, uma vez que os danos decorrem do aumento de tráfego de veículos pesados das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova;

- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Abastecimento de água: restabelecimento do abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes, uma vez que ainda existem atingidos de Paracatu de Baixo habitando o local;
- Energia elétrica: restabelecimento de energia elétrica, considerando que Paracatu de Baixo é caminho para as comunidades de Borba, Pedras, Campinas, além do distrito de Águas Claras, e a iluminação adequada pode ajudar a minimizar a incidência de crimes;
- Sinal de telefonia: restabelecimento do sinal de telefonia, uma vez que foi afetado após a instalação das sirenes pós-rompimento;
- Redução dos impactos do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo: redução de impactos provenientes das obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo, conforme plano a ser aprovado pelas comunidades atingidas, incluindo controle de veículos pesados, manejo de sedimentos, aviso prévio sobre interrupções do trânsito etc.;
- Segurança: inclusão de patrulhas rurais e rondas frequentes, com a finalidade de reduzir a incidência de crimes;
- Restauração da Igreja de Santo Antônio: projeto e execução de restauração da Igreja de Santo Antônio com a inclusão da população atingida de Bento Rodrigues nas diferentes etapas;
- Manutenção do cemitério: manutenção do cemitério de Paracatu de Baixo, local de uso ainda frequente pelos atingidos de Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, para os enterramentos dos integrantes da comunidade que vem falecendo.

- Espaços de uso comum: projeto a ser elaborado pelas empresas responsáveis e aprovado pela população atingida, e execução, de espaços comunitários (não restritos às capelas de religião católica), com infraestrutura (energia elétrica, água, etc.) e estrutura que comporte sanitários, cozinha comunitária e demais espaços de acordo com programa de necessidades a ser construído pelas pessoas atingidas que fazem uso temporário do território, a exemplo das festividades devocionais, velórios, encontros e recepção de visitantes acolhidos pelos atingidos, etc.
- Ações de inclusão e geração de renda: inclusão da comunidade atingida em etapas de projeto e execução de intervenções nos equipamentos e espaços de uso comum, fomentando a geração de renda, a exemplo da restauração da Igreja de Santo Antônio e execução de espaços de uso comunitário.

9. Borba e Pedras

Em um primeiro momento, pouco se ouviu das localidades atingidas da zona **rural**. O fato é que foram também atingidas, sem um alerta oficial prévio pelas empresas responsáveis ou por representantes do Estado, deixando várias pessoas sem energia elétrica, sem possibilidade de **acesso** às comunidades vizinhas para conseguir água, sem comida, sem remédios e sem informações precisas sobre o que havia acontecido e o que haveria de acontecer naquele momento e no futuro.

Borba é uma pequena comunidade **rural**. São pequenos sítios dispersos onde as famílias moram e produzem para sustento familiar. Uma das casas foi completamente destruída e reconstruída pelas empresas no mesmo terreno da família, mas um pouco mais afastada do curso d'água e próximo à estrada (em fase anterior à atuação da Assessoria Técnica). Devido à proximidade com a estrada de terra principal, por onde passam veículos pesados das empresas, a poeira de rejeitos de minério é constante nas casas dos moradores de Borba. Além da falta de manutenção das **estradas**, não existe um adequado **manejo dos rejeitos** pelas

empresas responsáveis, o que agrava a insegurança dos moradores atingidos com relação à **contaminação do solo, água e ar**, e, conseqüentemente com a manutenção de seus modos de vida, principalmente, plantio de alimentos, criação de animais, atividades que necessitam de água com qualidade.

O subdistrito de Pedras, também atingido pelos rejeitos, possui núcleo mais adensado em comparação à Borba, mas também é constituído de sítios dispersos no entorno. Diversos moradores atingidos perderam grande parte das plantações, destruídas pelos rejeitos e até o momento não reconstituídos, dentre outros motivos, pela falta de um adequado **manejo dos rejeitos** pelas empresas responsáveis, que evite a **contaminação do solo, água e ar**.

Os moradores tanto de Borba como de Pedras utilizam os espaços de convívio do centro da localidade de Pedras, principalmente: a **Capela de Santo Antônio**; a **antiga escola** que atualmente funciona como espaço comunitário e de atendimento médico semanal; e o **campo de futebol**, possivelmente o principal espaço de lazer e uso comum das comunidades, atingido pelos rejeitos de minério e ainda não reconstruído pela Fundação Renova.

Condições atuais

Para além da ausência de um adequado **manejo dos rejeitos**, conforme já mencionado, destacamos a situação de descaso com relação ao **campo de futebol** do subdistrito de Pedras, destruído e, mesmo depois de cinco anos, ainda não reconstruído. Um primeiro projeto de reconstrução sobre a lama de rejeitos foi rejeitada pelas comunidades, evidentemente por conta da contaminação e, uma nova área foi indicada, todavia, a aquisição do terreno não se efetivou. A não reconstrução do campo de futebol, que reunia diversos times da região de Mariana, significa uma redução considerável de pessoas no subdistrito (principalmente durante os fins de semana) e, conseqüentemente, o isolamento.

A redução do fluxo de pessoas frequentadores das **cachoeiras** também impacta significativamente o subdistrito, fazendo cair a renda daqueles que possuíam comércio local. O costume local de **pescar no rio** também foi interrompido. Como consequência deste processo de esvaziamento e isolamento – ou seja, da redução de frequentadores nos jogos de futebol, nas cachoeiras, comércios locais etc. – os moradores atingidos relatam um grande aumento de **furtos e assaltos**, numa intensidade e violência não vistas antes do rompimento. Os poucos momentos de encontro e fortalecimentos dos vínculos intercomunitários ocorre durante as festas, a exemplo da festa dedicada à Santo Antônio, que ocorre com missa na Capela de Santo Antônio e procissão nas ruas do subdistrito.

O **isolamento** das comunidades se agrava ainda mais com a ausência de **sinal telefônico**, afetado desde a instalação das sirenes pós-rompimento, e com os problemas do **transporte coletivo**, primeiramente interrompido e então retomado, mas ainda sem atender às demandas das comunidades. Moradores de Borba e Pedras contam, inclusive, que em alguns dias o ônibus da empresa **Transcotta** não passa e sequer informa aos moradores sobre a situação.

Ainda, as estradas ficam prejudicadas com o intenso **tráfego de veículos pesados** das empresas, o que obrigou as comunidades a fazerem protestos por mais de uma vez, paralisando o acesso às obras do reassentamento de Paracatu, para que permitissem minimamente o trânsito dos moradores atingidos. As comunidades pleiteiam a obra de **asfaltamento** da via como parte da compensação pelos danos sofridos.

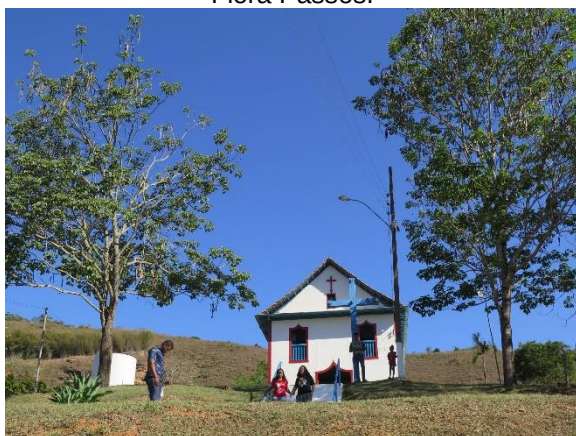
Apresentamos a seguir registros fotográficos de Borba e Pedras:



Cachoeira próxima a Borba (18/08/2020). Foto: Flora Passos.



Imóvel demolido em Borba com construção de nova edificação (18/08/2020). Foto: Flora Passos.



Capela de Santo Antônio em Pedras (13/10/2020) Foto: Flora Passos.



Capela de Santo Antônio em Pedras em ocasião de missa na festa dedicada a Santo Antônio (13/10/2020) Foto: Flora Passos.



Procissão em Pedras em ocasião da festa dedicada a Santo Antônio (13/10/2020) Foto: Flora Passos.



Procissão em Pedras em ocasião da festa dedicada a Santo Antônio (13/10/2020) Foto: Flora Passos.

Atingidos da comunidade de Pedras, subdistrito de Mariana, realizaram um protesto e fecharam a estrada no trevo Mariana a Águas Claras, às 4h desta quarta-feira (12). A manifestação foi para cobrar melhorias na comunidade e, como principal reivindicação, a reforma da estrada que liga Mariana aos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.



MAISMINAS.ORG

Atingidos de Pedras, subdistrito de Mariana, fazem protesto

Notícia dos protestos das comunidades de Pedras com a pauta das estradas. Fonte: Mais Minas.org 12/02/2020. Disponível em:

<https://maisminas.org/atingidos-de-pedras-subdistrito-de-mariana-fecham-estrada-e-fazem-protesto-nesta-quarta-feira-12/>. Último acesso em 13/10/2020

Propostas emergenciais

- Manutenção das estradas: manutenção das estradas, instalação de sinalização e métodos de controle de veículos pesados, além do asfaltamento das estradas de ligação entre as comunidades de Borba/Pedras e Paracatu de Baixo, Borba/Pedras e Campinas e Águas Claras;
- Redução dos impactos do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo: redução de impactos provenientes das obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo, conforme plano a ser aprovado pelas comunidades atingidas, incluindo controle de veículos pesados, manejo de sedimentos, aviso prévio sobre interrupções do trânsito etc.;

- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Abastecimento de água: restabelecimento do abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes, uma vez que a comunidade é abastecida por caminhões pipas, desde o rompimento da barragem;
- Sinal de telefonia: restabelecimento do sinal de telefonia, uma vez que foi afetado após a instalação das sirenes pós-rompimento;
- Transporte coletivo: manutenção do transporte coletivo diário, com rota que sai de Águas Claras, passa por Campinas, Pedras, Borba, Paracatu de Baixo, trevo de Paracatu de Cima, Monsenhor Horta, com destino à Sede do Município, e retornando com o trajeto inverso;
- Segurança: inclusão de patrulhas rurais e rondas frequentes, com a finalidade de reduzir a incidência de crimes;
- Espaços de uso comum: reconstrução do campo de futebol da comunidade de Pedras e intervenções de melhoria nas condições dos espaços de uso comum das comunidades, que sofrem com isolamento.

10. CAMPINAS

Campinas, subdistrito de Água Claras, é composto por núcleo urbano com **escola municipal**, serviços de atendimento à saúde, **Capela de Nossa Senhora Aparecida** e um **cruzeiro**. Como principais áreas de lazer e socialização, destacamos o adro da capela, a **quadra** esportiva da escola, **campo de futebol**, **bares**, além do próprio **rio e cachoeira**, antes usados frequentemente para a pesca e banho pelos moradores. Campinas foi o último subdistrito atingido de Mariana antes da onda de rejeitos chegar ao município de Barra Longa/MG, onde os estragos foram também

devastadores, destruindo o distrito de Gesteira e uma grande parte central do município.

Além do rio e cachoeira, os rejeitos passaram pela borda do núcleo urbano de Campinas, destruindo uma casa às margens do rio (no momento já reconstruída), além de áreas de plantações, criações e o acesso ao distrito de Barreto (Barra Longa) que foi tomado pelos rejeitos. Em Campinas toda a comunidade ficou fortemente prejudicada com a falta de acessos e de qualquer tipo de apoio das empresas responsáveis e poder público.

Condições atuais

Atualmente, a comunidade ainda vem sofrendo com a situação de isolamento e abandono, sem ações de reparação satisfatórias. O **sinal telefônico**, segundo os moradores, foi interrompido com a instalação do sistema de alerta das sirenes, após o rompimento, e até o momento não foi restabelecido. A única linha de ônibus da empresa Transcotta que ligava a Comunidade ao Distrito de Águas Claras e à sede do Município foi interrompida paulatinamente, sem aviso prévio, voltando a ser oferecida recentemente em dias reduzidos durante a semana. Essa interrupção do **transporte público** obrigava os moradores a pagarem preços abusivos a particulares caso quisessem se deslocar.

As **estradas** vicinais também sofrem com o tráfego intenso de veículos das empresas responsáveis pelo processo de reparação. Mata-burros construídos e entregues como parte da reparação de atingidos possuem um vão menor que o vão entre o barranco da estrada e a porteira, tornando-os inúteis. Os moradores também reclamam do cercamento das áreas consolidadas às margens do rio Gualaxo do Norte, da ausência das antigas pontes para pedestres que foram destruídas pelos rejeitos, além da ausência da iluminação pública nas ruas, cujos postes arrancados pela onda de rejeitos foram instalados, faltando, porém, a instalação das lâmpadas nos bocais.

Outro impacto ocorrido após o rompimento da barragem de Fundão se refere às alterações na Escola Municipal de Campinas que passou a restringir o atendimento às turmas de alunos. Os alunos das turmas do sexto ao nono ano foram transferidos para a escola de Águas Claras, distrito distante de Campinas, e para o qual não existe transporte público adequado conforme já mencionado. Mães de crianças e jovens que foram forçadas a estudarem em Águas Claras, contam que essa situação interferiu negativamente no desempenho escolar dos filhos. As crianças e jovens podem vir a desistir da escola antes de concluírem o ensino fundamental devido às dificuldades no deslocamento e na adaptação com a escola e realidade de Águas Claras.

Apresentamos a seguir registros fotográficos de Campinas:



Parte de Campinas (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Escola Municipal de Campinas aos fundos (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Quadra esportiva de Campinas (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Alunos da Escola Municipal de Campinas em ocasião de celebração do Dia da Consciência Negra (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Antiga escola municipal de Campinas em estado precário de conservação (24/11/2018). Foto: Flora Passos.



Igreja de Nossa Senhora Aparecida de Campinas (24/11/2018). Foto: Flora Passos.

Propostas emergenciais

- Manutenção das estradas: manutenção das estradas, instalação de sinalização e métodos de controle de veículos pesados, além do asfaltamento das estradas de ligação entre Campinas e Águas Claras, Campinas e Pedras/Borba, Campinas e Barretos, distrito de Barra Longa (MG);
- Instalação de mata-burros: instalação de mata-burros compatíveis com a largura das vias e que efetivamente impeçam a circulação livre de animais de grande porte;
- Manejo dos rejeitos: projeto e execução pelas empresas responsáveis, com aprovação da comunidade atingida, do manejo adequado dos rejeitos depositados nos espaços de uso comum, visando a não-contaminação;
- Reconstrução da ponte de pedestres: reconstrução das pontes de pedestres (pinguelas) destruídas pela passagem dos rejeitos;
- Sinal de telefonia: restabelecimento do sinal de telefonia, uma vez que foi afetado após a instalação das sirenes pós-rompimento;
- Iluminação pública: instalação das lâmpadas nos postes das ruas atingidas pelos rejeitos e manutenção adequada da rede de energia elétrica;

- Transporte coletivo: manutenção do transporte coletivo diário, com rota, que sai de Águas Claras, passa por dentro de Campinas, Pedras, Borba, Paracatu de Baixo, trevo de Paracatu de Cima, Monsenhor Horta, com destino à Sede do Município, retornando com o trajeto inverso;
- Segurança: inclusão de patrulhas rurais e rondas frequentes, com a finalidade de reduzir a incidência de crimes;
- Condições da escola municipal: a comunidade de Campinas, já duramente atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, vem sofrendo após o rompimento com os impactos da redução de turmas em sua escola, uma vez que sendo forçadas a estudarem em Águas Claras, as crianças e jovens podem vir desistir da escola antes de concluírem o ensino fundamental;
- Espaços de uso comum: intervenções de melhoria nas condições dos espaços de uso comum da comunidade, que sofre com isolamento.

11. Considerações Finais

Resultado de um trabalho conjunto entre a Assessoria Técnica da Cáritas Regional Minas Gerais e a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), este relatório abordou a **preservação dos territórios atingidos de Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão**.

Sem o propósito de esgotar assunto tão complexo, apresentamos um primeiro relatório, com *condições atuais e propostas emergenciais*, seguindo estrutura proposta no Ofício n.º 214/2020 encaminhado à Cáritas pelo Ministério Público de Minas Gerais – Comarca de Mariana, buscando sistematizar grande parte das informações e reivindicações levantadas pela população atingida de Mariana que nos últimos cinco continua em luta para a garantia reparação integral.